

Artigo: A cadeia produtiva do setor nuclear como vetor do desenvolvimento

Reservas conhecidas de urânio permitiriam funcionamento de 12 usinas com capacidade de uma Itaipu; implantação desse parque implicaria em investimento da ordem de R\$ 80 bi

[17.10.2017] 11h32m / Por Francisco Rondinelli, especial para a Brasil Energia

A cadeia produtiva do setor nuclear movimenta, anualmente, recursos da ordem de US\$ 250 bilhões em escala global, considerando desde a etapa inicial de mineração do urânio até a produção de energia elétrica nos reatores de potência, além dos investimentos na implantação de novas centrais nucleares, já em construção.

Dono da sexta maior reserva de urânio do mundo, o Brasil fez parte do grupo de países que apoiou a criação da Agência Internacional de Energia Atômica, em 1957, logo após ter iniciado suas atividades no setor nuclear no ano de 1956, com a Criação da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN). Embora domine todas as etapas do ciclo do combustível nuclear, inclusive aquela que é tratada como segredo industrial pelos outros 12 países que a possuem, no caso a de enriquecimento isotópico, o Brasil ao contrário desses países, não participa dessa cadeia produtiva internacional, na qual poderia atuar de igual para igual, caso nosso programa nuclear não tivesse sofrido tantas interrupções ao longo de mais de cinco décadas de existência.

As reservas de urânio atualmente conhecidas no território nacional permitiriam o funcionamento de 12 usinas nucleoeletricas, com uma capacidade de geração de energia equivalente a uma usina de Itaipu operando pelos próximos 80 anos, ou seja, com nossa necessidade de abastecimento garantida até o final do século.

A implantação desse parque gerador implicaria em um montante de investimento na casa dos R\$ 80 bilhões, dos quais entre 70% e 80 % atendidos pela indústria nacional, além de um volume de contratações anuais em torno de R\$ 10 bilhões para o fornecimento de insumos, equipamentos, sistemas, componentes, peças de reposição e serviços técnicos, os quais demandariam mão de obra especializada e uma geração de empregos de dezenas de milhares de postos de trabalho, em especial nas localidades onde seriam instaladas as centrais nucleares e as plantas de produção do ciclo do combustível.

O Brasil já possui um parque industrial com potencial tecnológico para atender a esta demanda por produtos e serviços. As etapas de mineração e beneficiamento de urânio são realizadas pela Indústrias Nucleares do Brasil S. A.–INB, assim como a de fabricação dos elementos combustíveis, produzidos em sua planta localizada na cidade de Resende. A operação das usinas fica a cargo da Eletronuclear (ETN) que opera a Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto, instalada na cidade de Angra dos Reis. Parte dos componentes adquiridos por essas unidades é fornecida pela Nuclep que possui uma planta de caldeiraria pesada localizada na cidade de Itaguaí, também no Estado do Rio de Janeiro.

Dentro de um horizonte de retomada do Programa Nuclear Brasileiro, essas plantas industriais funcionariam como polos catalizadores para o desenvolvimento de uma cadeia produtiva nacional. Estamos falando de um programa de mobilização industrial, impulsionado por um aporte contínuo de recursos, que fluiria por intermédio de uma rede capilar de pequenas e médias empresas, promovendo o desenvolvimento de centenas de polos produtivos municipais, distribuídos em vários pontos do território nacional. Isso foi o que aconteceu, por exemplo, com a Coréia do Sul e vem acontecendo, neste momento, com nosso vizinho, a Argentina, países que iniciaram seu programa nuclear à mesma época que o Brasil.

Mas, para que esse potencial se converta em resultados concretos alguns tabus do modelo econômico brasileiro precisam ser quebrados. Por exemplo, a vedação à participação da iniciativa privada nas atividades econômicas do setor. O modelo de desenvolvimento industrial por intermédio do monopólio estatal está exaurido, e o Brasil já experimentou os resultados positivos dessa mudança em vários outros setores de atividade.

Outro tabu refere-se ao questionamento quanto à sustentabilidade da geração termonuclear. Os dados atuais demonstram que usinas nucleares são tão ou mais sustentáveis do que as plantas eólicas ou solares, em qualquer um dos três aspectos por onde se queira analisar, quer seja o ambiental, o social ou o econômico.

O terceiro tabu, talvez o mais difícil de superar, é quanto ao preconceito em relação às atividades do setor nuclear. Esse preconceito está presente não somente em boa parte da população, mas também em muitos de nossos representantes políticos, em nossos administradores públicos, em membros dos órgãos de controle, que muitas vezes se deixam influenciar por movimentos

internacionais, quando deveriam ser os primeiros a buscar um esclarecimento correto quanto a essa opção tecnológica para compor nossa matriz energética.

Para superar esses tabus, cabe às instituições que atuam no setor promover ações de esclarecimento, de divulgação e de discussão, a fim de mostrar que o país tem capacidade científica, técnica, industrial e intelectual para explorar de forma segura, econômica e responsável esse potencial de desenvolvimento colocado à disposição da sociedade brasileira.

É com esse objetivo que a Associação Brasileira de Energia Nuclear (ABEN) estará realizando na próxima semana a VIII Conferência Internacional INAC-2017 (www.inac2017.org.br), na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, tendo como tema a contribuição que empreendimentos no setor nuclear podem trazer às políticas públicas de desenvolvimento econômico e social.

Francisco Rondinelli é engenheiro, com 30 anos de atuação no setor nuclear

Fonte: Brasil Energia